

Câmara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 18 de 12
Horas: 12 30
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 564

EM 18 DE SETEMBRO DE 1997

Senhor Presidente,

Através deste, encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 600 de 18 de setembro de 1997, que dispõe sobre a revisão dos valores lançados para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano correspondente ao exercício de 1994 e dá outras providências, para que o mesmo seja submetido à elevada apreciação dos Senhores Vereadores.

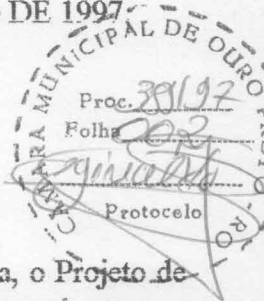
Considerando a natureza da matéria, solicitamos que seja observado o regime de urgência, inclusive, com a convocação de Sessões Extraordinárias.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO

Ao
Excelentíssimo Senhor
JOSÉ JOVIAL PASCOAL DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Ouro Preto do Oeste - RO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI N° 620

DE 18 DE SETEMBRO DE 1997.

APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM <u>14 VOTOS UNAN.</u>
Em: <u>20</u> / <u>10</u> / <u>97</u>

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS VALORES LANÇADOS PARA O CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
APROVADO
2ª VOTAÇÃO
Quorum <u>14 VOTOS UNAN.</u>
Sessão <u>ORDINÁRIA</u> Horas: <u>19:00</u>
Em <u>27</u> / <u>10</u> / <u>97</u>

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a

seguinte Lei:

Art. 1º - Para os efeitos do disposto no artigo 7º, da Lei nº 597, de 26 de fevereiro de 1997, fica estabelecido os seguintes valores por metro quadrado ou por hectare, conforme o caso, correspondente a cada zona fiscal:

- ZONA FISCAL 1 - R\$ 5,99 (Cinco reais e noventa e nove centavos).
- ZONA FISCAL 2 - R\$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos).
- ZONA FISCAL 3 - R\$ 1,43 (um real e quarenta e três centavos).
- ZONA FISCAL 4 - R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos).
- ZONA FISCAL 5 - R\$ 0,41 (quarenta e um centavos).
- ZONA FISCAL 6 - R\$ 531,57 p/ ha (quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos) por hectare.

Parágrafo único - Os limites das zonas fiscais, serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 2º) Estabelecido as zonas fiscais, deverá ser efetuado o lançamento dos tributos, cujo pagamento em uma única parcela, deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias e os pagamentos parcelados, em até quatro vezes, sem a incidência de juros, multa e correção monetária, obedecendo-se os seguintes critérios:



- I. pagamento único - até 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei;
- II. pagamento parcelado: a primeira parcela deverá ser quitada até 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei e, as demais, no máximo de 04 (quatro), de trinta em trinta dias.

Art. 3º) As disposições desta lei, no que se refere a revisão de impostos, aplicam-se somente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao exercício de 1994.

Art. 4º) Verificando a existência de erro de fato, o Poder Executivo poderá, administrativamente, revisar o lançamento de impostos, enquanto não o tenha tornado definitivo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário. ✓

CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO

Mensagem nº 608

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Honra-nos encaminhar o Projeto de Lei nº 620 de 18 de setembro de 1997, que dispõe sobre a revisão dos valores lançados para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano correspondente ao exercício de 1994 e dá outras providências, para análise e deliberação dos Senhores Vereadores.

Tendo em vista o que dispõe a Lei nº 597, de 26 de fevereiro de 1997, o Poder Executivo procedeu à revisão dos valores lançados para efeitos de cobrança do IPTU, exercício 1994, passando o mesmo ao crivo desta Casa Legislativa.

Assim, com este intuito é que sujeitamos a presente matéria, à apreciação dos Senhores Vereadores, aguardando desde já, a sua aprovação. ✓

Palácio dos Pioneiros, em de setembro de 1997.

CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO